

RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.120 - DF (2018/0186941-3)

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : GERALDO DALCANALE
RECORRIDO : EDUARDO HAJ MUSSI FILHO
ADVOGADOS : JOÃO LEAL JUNIOR - DF001243
MARCELO PINHEIRO PINA - SP147267

DECISÃO

Trata-se de recurso especial da UNIÃO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos assim ementados (fl. 444):

PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA). PRESCRIÇÃO AFASTADA. INCIDÊNCIA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. COLLOR II (13,89%). JUROS COMPENSATÓRIOS. POSSIBILIDADE.

1. Conforme jurisprudência deste Tribunal, “o início do prazo prescricional para a cobrança de diferenças relativas a títulos de dívida agrária deve ser contado a partir da data do efetivo resgate dos títulos, pois somente daí surge a alegada lesão ao direito do seu portado' (AC 0027373-84.2004.4.01.3400/DF, Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Quinta Turma, e-DJF1 13/03/2009)” (AC 0015446-24.2004.4.01.3400/DF, Rel. Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Sexta Turma, e-DJF1 03/12/2012).

2. Ocorre que, com os requerimentos administrativos em 22 e 25/03/2002, indeferidos em 27/09/2002, houve suspensão do prazo prescricional, nos termos do art. 4º do Decreto 20.910/1932.

3. A se considerar como último ato a data do indeferimento do pedido administrativo (27/09/2002), não transcorreram dois anos e meio até a propositura desta ação (28/09/2004).

4. A prescrição consumou-se apenas quanto aos resgates que antecederam os cinco anos dos requerimentos administrativos, ou seja, aqueles anteriores a 22 e 25/03/1997.

5. De acordo com a jurisprudência do STJ, “são devidos os índices de (...) 13,89% (Plano Collor II), sobre os valores dos Títulos da Dívida Agrária, assegurado àqueles que tenham sido emitidos anteriormente a tais datas” (MS 8.382/DF), bem como juros compensatórios e moratórios. Precedentes: REsp 1254415/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2012 e AgRg no REsp 856.032/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 04/05/2009.

6. Agravo regimental da União improvidos. Agravo regimental dos autores providos tão somente para inverter os ônus de sucumbência.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 462-466).

Na origem, cuida-se de ação ordinária manejada por GERALDO

DACANALE e EDUARDO HAJ MUSSI FILHO, contra a UNIÃO FEDERAL, objetivando a condenação do ente federativo ao pagamento de juros compensatórios na alíquota de 12% (doze por cento) ao ano, desde a emissão até o efetivo resgate dos Títulos da Dívida Agrária – TDA's, acrescido de juros moratórios previstos em lei e correção monetária com a aplicação de 13,89% (treze vírgula oitenta e nove por cento), relativo ao Plano Collor II.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região reformou a sentença monocrática de procedência parcial da ação, pelo que negou provimento ao agravo regimental da UNIÃO e proveu o dos particulares para, tão somente, inverter os ônus de sucumbência, consoante os termos da ementa acima colacionada.

No presente recurso especial, interposto pela UNIÃO, aduz-se violação, pelo aresto vergastado, dos arts. 467, 471, 511, § 2º, e 519 do CPC de 1973, visto que, em suma, da deserção da ação em decorrência do não recolhimento do preparo por partes dos recorridos.

Aponta, ainda, violação do art. 105 da Lei n. 4.504/1964, do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 e do art. 219 do CPC de 1973, visto que, em suma, da não incidência de juros moratórios e compensatórios em Títulos da Dívida Agrária – TDA's, tampouco a aplicação de expurgos inflacionários, sob pena de transformar os títulos em aplicação financeira.

Por fim, suscita dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgado desta Corte relacionado à questão da incidência de juros moratórios e compensatórios em TDA's.

Apresentadas contrarrazões ao recurso especial às fls. 490-496.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso especial (fls. 558-561).

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, verifica-se que o cerne da questão instaurada nos autos é a incidência ou não de juros compensatórios em TDA's devidos em decorrência de expropriação de imóveis para fins de reforma agrária, tema esse que, entre outros, foi objeto de julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação da ADI n. 2.332/DF, em 17/05/2018, no qual firmou-se o entendimento da constitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 15-A do Decreto Lei n. 3.365/1941, ao argumento de que os juros compensatórios só são devidos para compensar a perda de renda comprovada, não incidindo, portanto, sobre imóvel improdutivo.

O julgado teve a seguinte ementa:

Decisão: O Tribunal julgou parcialmente procedente a ação direta para: i) por maioria, e nos termos do voto do Relator, reconhecer a constitucionalidade do percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para remuneração do proprietário pela imissão provisória do ente público na posse de seu bem, declarando a inconstitucionalidade do vocábulo

“até”, e interpretar conforme a Constituição o caput do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, de maneira a incidir juros compensatórios sobre a diferença entre 80% (oitenta por cento) do preço ofertado em juízo pelo ente público e o valor do bem fixado na sentença, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava procedente o pedido, no ponto, em maior extensão; ii) por maioria, vencidos os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux e Celso de Melo, declarar a constitucionalidade do § 1º e do § 2º do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41; iii) por unanimidade, e nos termos do voto do Relator, declarar a constitucionalidade do § 3º do artigo 15-A do Decreto-Lei 3.365/41; iv) por maioria, e nos termos do voto do Relator, declarar a inconstitucionalidade do § 4º do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41, vencido o Ministro Marco Aurélio; v) por unanimidade, e nos termos do voto do Relator, declarar a constitucionalidade da estipulação de parâmetros mínimo e máximo para a concessão de honorários advocatícios previstos no § 1º do artigo 27 o Decreto-Lei 3.365/41 e declarar a inconstitucionalidade da expressão “não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)”. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de representante do Supremo Tribunal Federal, no VIII Fórum Jurídico Internacional de São Petersburgo, a realizar-se na Rússia. Falaram: pelo requerente, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior; e, pelo Presidente da República, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 17.5.2018.

A respeito do tema, é necessário destacar que a jurisprudência do STJ se encontra consolidada em sentido diverso, de serem devidos juros compensatórios sobre imóveis objeto de reforma agrária, inclusive sobre os Títulos da Dívida Agrária (TDAs), independentemente de sua caracterização como improdutivos, isto porque os referidos consecutários “restituem não só o que o expropriado deixou de ganhar com a perda antecipada, mas também a expectativa de renda, considerando a possibilidade do imóvel ser aproveitado a qualquer momento de forma racional e adequada, ou até ser vendido com o recebimento do seu valor à vista” (REsp n. 1.116.364/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, Dje. 10/09/2010).

Assim, em razão da dualidade de entendimento sobre a questão, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em sessão de julgamento realizada em 08/08/2018, acolheu questão de ordem sugerida no REsp n. 1.328.993/CE, da relatoria do Ministro Og Fernandes, que propôs a revisão e a adequação das teses firmadas nos Temas Repetitivos ns. 126, 184, 280, 281, 282 e 283/STJ.

Confira-se a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. RECURSOS REPETITIVOS. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DE Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI. ADEQUAÇÃO. NECESSIDADE. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. REVISÃO DAS TESES REPETITIVAS

126, 184, 280, 281, 282 E 283, BEM COMO DAS SÚMULAS 12, 70, 141 E 408 DO STJ. SUSPENSÃO NACIONAL. DETERMINAÇÃO.

1. Em 17/6/2018, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito da ADI 2.332, estabelecendo balizas para a fixação da taxa de juros compensatórios incidente nas desapropriações, em termos diversos do entendimento adotado por esta Corte Superior nos precedentes obrigatórios.

2. Diante de referido julgado, superveniente e em controle concentrado de constitucionalidade, faz-se necessária a adequação das Teses Repetitivas 126, 184, 280, 281, 282 e 283 e da Súmula 408 do STJ.

3. Com fulcro nos arts. 927, § 4º, do CPC/2015 e 256-S, § 1º, do RISTJ, em atenção aos princípios da segurança jurídica, proteção da confiança e isonomia, formula-se a presente questão de ordem.

4. Determina-se, com fundamento no art. 1.037, II, do CPC/2015 e por economia processual, inclusive para prevenção do ajuizamento de futuras ações rescisórias embasadas na coisa julgada inconstitucional, a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional a partir do momento em que a questão em tela - taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação - se apresente, ressalvados incidentes, questões e tutelas interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento.

5. Questão de ordem acolhida, para fins de revisão de entendimento das teses repetitivas firmadas nos REsp 1.114.407/SP, 1.111.829/SP e 1.116.364/PL. QO no REsp 1.328.993 / CE, Relator Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, Julgamento em 08/08/2018, DJe 04/09/2018).

Desse modo, consoante o estabelecido no item 4 do referido REsp n. 1.328.993/CE, necessário se faz determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para aguardar a solução definitiva da controvérsia pela Primeira Seção do STJ, momento em que será realizado o exame das teses repetitivas ns. 126, 280, 281, 282 e 283/STJ, todas relacionadas à incidência de juros compensatórios em imóvel improdutivo, bem assim da revisão do Tema n. 184/STJ, este relacionado aos limites estabelecidos para pagamento dos honorários advocatícios em ação de desapropriação.

Ante o exposto, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do *decisum* a ser proferido com a revisão do entendimento firmado sobre a incidência de juros compensatórios sobre imóveis improdutivos: *a*) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b*) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; *c*) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

